



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br

CUT
BRASIL

CONTRAF

**SEJA
SÓCIO
VOCÊ
TAMBÉM**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

 /SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX n° 5264 – 16 fevereiro de 2016

Doenças ocupacionais poderiam ser evitadas

"Doenças ocupacionais poderiam ser evitadas, mas empresas preferem o lucro", afirma a médica e pesquisadora da Fundacentro, Maria Maeno, em entrevista à Rádio Brasil Atual. Segundo a médica sanitária, os empregadores visam render mais, com menos trabalhadores.

"As doenças ocupacionais existem há anos, e todos sabem as razões de as pessoas adoecerem. Mas a situação não muda, porque a organização de trabalho atual das empresas é a melhor para o (interesse do capital. A preferência é render mais, com menos trabalhadores, às custas da intensificação do fluxo de trabalho e diminuição de repouso, ou seja, é menos gente fazendo mais, o que dá mais lucro."

A pesquisadora da Fundacentro também aponta que muitas doenças só agora estão sendo associadas à organização do local de trabalho, já que muitos setores empresariais tentam omitir as ocorrências.

Maria conta que o Ministério da Saúde e o Ministério da Previdência Social reconhecem cerca de duzentas doenças relacionadas às condições e à organização do trabalho. "São lesões por esforços repetitivos e transtornos mentais, são doenças que podem atingir qualquer trabalhador, de qualquer atividade." Transtornos psicológicos estão crescendo cada vez mais entre os bancários, por exemplo, relata Maria. "As doenças psicológicas estão em crescimento, motivadas pela pressão de atingirem metas, usos de recursos inadequados pelos gestores, o risco da demissão, tudo isso faz com que adoçam." "A maior parte das doenças são aquelas que existem na população, mas que, em determinadas atividades, têm maior incidências. Por exemplo, os esforços repetitivos levam à tendinite, que afeta um grande número de pessoas mas, em determinadas categorias, como bancários e teleoperadores, o número de adoecidos é maior", explica.



Itaú Unibanco pagará PLR no dia 29

Em comunicado enviado à Contraf-CUT, o Itaú Unibanco informou ontem, 15/02, que fará o pagamento da PLR, PLR Adicional e diferenças da PCR no próximo dia 29. O percentual do teto da PLR será de 2,2 salários e o valor teto da PLR Adicional será de R\$ 4.043,58. Para a PCR (Participação Complementar de Resultado) haverá o pagamento da diferença entre o valor de R\$ 2.285,00 (adiantamento) do valor a ser pago R\$ 2.395,00, que é de R\$ 110,00 em razão do ROE de 2015 ter sido de 23,9%.

Senado volta à discutir o projeto da Lei de Responsabilidade das Estatais

O dia de hoje (16/02), é considerado de extrema importância para o Congresso Nacional. A principal mobilização de parlamentares, representantes de centrais sindicais e setores diversos, como o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, o próprio Executivo e representações destas companhias é o projeto da Lei de Responsabilidade das Estatais (PLS 555). O texto abre brechas para a privatização de estatais com o argumento de que objetiva tornar mais transparentes suas gestões. A inclusão do PLS na pauta do plenário do Senado foi adiada para a elaboração de um substitutivo a ser negociado e discutido hoje.

O Comitê de Defesa das Empresas Públicas é integrado pela CUT, CTB, CSP-Conlutas e Intersindical, além de entidades de categorias profissionais como Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Apcefs) e Federação Única dos Petroleiros (FUP).

O texto do PL é de autoria do senador Tarso Jereissati e reuniu em sua base muito de um outro projeto, que tem como autor o senador Aécio Neves - o PLS 343. A matéria recebeu 103 emendas. De acordo com o documento, se aprovado, o projeto entregará ao mercado não só essas 140 empresas administradas pelo governo federal, mas também as dos estados, municípios e do Distrito Federal.